

PRÁTICAS PRODUTIVAS AGROECOLÓGICAS EM COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FAMILIARES NA PROVÍNCIA DE ALICANTE (ESPAÑA): UMA DISCUSSÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE

Elizabeth Maria da Silva¹
José Daniel Gómez López²
Michel Angelo Constantino de Oliveira³
Antonia Railda Roel⁴

Resumo

Este artigo analisou a sustentabilidade ambiental das práticas ecológicas desenvolvidas por cooperativas agroalimentares na província de Alicante, Espanha. A pesquisa realizada parte do princípio que a sustentabilidade tem se tornado uma exigência global, sendo que muitas das discussões sobre a sustentabilidade recaem também nas questões econômicas e sociais do setor agrário. Foram visitados dezesseis (16) grupos cooperativos, na província de Alicante, Espanha, no ano de 2015. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário, sendo esse respondido por funcionários ocupando altos cargos de gestão nos grupos cooperativos analisados. O objetivo foi compreender o processo organizacional dos empreendimentos entrevistados, bem como as motivações para a produção de alimentos de uma forma mais respeitosa com o meio ambiente. Os resultados demonstraram que as motivações principais, para a adoção da produção agroecológica, são de cunho ideológicos e econômico, porém com pouco apoio do setor público. Concluiu-se que essas práticas, por não serem prioridades política na região alvo da pesquisa, não são sustentáveis, apesar de todo o potencial existente tanto econômico, social e ambiental para contribuírem com a manutenção do modo de vida agrícola familiar.

Palavras chaves: Sustentabilidade. Cooperativas. Produção ecológica. Agroecologia. agricultores familiares.

AGROECOLOGICAL PRODUCTIVE PRACTICES IN FAMILY FARM COOPERATIVES IN THE PROVINCE OF ALICANTE (SPAIN): A DISCUSSION ON SUSTAINABILITY

Abstract

Recebimento: 6/4/2018 • Aceite: 10/4/2018

¹ Doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), docente do Instituto Federal de Mato Grosso Campus de Várzea Grande - MT, Brasil. E-mail: dasilvabete@yahoo.com.br

² Doutor em Geografia; Universidade de Alicante, Espanha. E-mail: jd.gomez@ua.es

³ Doutor em Economia, docente da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande - MS, Brasil. E-mail: michel@ucdb.br

⁴ Doutora em Entomologia, docente da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande - MS, Brasil. E-mail: arroel@ucdb.br

This article analyzes the environmental sustainability of the ecological practices developed by agri-food cooperatives in the province of Alicante, Spain. The researched research assumes that sustainability has become a global requirement, and many of the discussions on sustainability also fall on the economic and social issues of the agrarian sector. Sixteen (16) cooperative groups were visited in the province of Alicante, Spain, in the year 2015. The instrument used for data collection was a questionnaire, which was answered by officials occupying senior management positions in the cooperative groups analyzed. The objective was to understand the organizational process of the enterprises interviewed, as well as the motivations for the production of food in a way more respectful with the environment. The results showed that the main motivations for the adoption of agroecological production are ideological and economic, but with little support from the public sector. It was concluded that these practices, because they are not political priorities in the target region of the research, are not sustainable, despite all the economic, social and environmental potential to contribute to the maintenance of the family agricultural way of life.

Keywords: Sustainability. Cooperatives. Ecological production. Family farmers. Agroecology. Family farmers.

Introdução

A sustentabilidade vem se tornando uma exigência cada vez mais presente nas pesquisas e nas atividades produtivas. A direção ou caminho de muitas discussões sobre a sustentabilidade tem grande peso na questão econômica do setor agrário.

A produção de alimentos aumentou nas últimas décadas, evitando que as teorias de Malthus, de que haveria fome no mundo, se concretizassem. Assim, a modernização da agricultura foi um divisor de águas, esse modelo tecnificou, aperfeiçoou e aumentou a produção de alimentos no mundo. No entanto foi implantado de cima para baixo causando uma seleção tecno-econômica no meio rural. Outro problema é com relação às questões ambientais.

Por falta de orientação em sua implantação, o uso intensivo da agricultura convencional, causou muitos desastres ambientais devidos, principalmente, a aplicação de agrotóxicos, altamente tóxicos, utilizados indiscriminadamente. Há, hoje, conscientização de que esses fatores podem comprometer a saúde humana, o meio ambiente e a produção de alimentos no futuro, principalmente para agricultores familiares.

A agricultura agroecológica tem sido defendida como uma alternativa a modernização da agricultura, que se inicia na década de 50 e tem um acentuado desenvolvimento e expansão entre as décadas de 60 e 70. Tal técnica agrária, agricultura agroecológica, já era praticada como primeira forma de agricultura no mundo e é reapropriada, principalmente por agricultores familiares, com o objetivo de conciliar a produção de alimentos com a diminuição progressiva dos impactos negativos sobre o meio ambiente. Esse tipo alternativo de produção procura a potencialização da saúde humana, por meio de uma alimentação mais saudável, livre de agrotóxicos, e a perspectiva de manutenção dos modos de vida tradicionais.

A agricultura agroecológica, no Brasil, foco de análise da ciência agroecológica, está relacionada, por diversos autores, entre esses De Assis e Romeiro (2002), Caporal (2009), Altieri (2012), com a satisfação e bem estar familiar, bem como dos demais produtores circunvizinhos, devido ao circuito curto de mercadorias produzidas. Essas práticas, também estão relacionadas às experiências culturais locais, onde se é valorizado as tradições positivas, com fornecimento de elementos, a partir do local, para mudanças de práticas negativas, ou seja, práticas que se mostram nocivas ao ambiente. Caporal (2009), Rosset, J. S. et al (2014) entre outros, relacionam, ainda, as práticas agroecológicas ao fortalecimento das relações sociais e estratégias de ação coletiva, necessárias para a comercialização do excedente.

A agricultura agroecológica é apropriada, também, por grandes empresas agrícolas, que aproveitam o “nicho de mercado”, criado pela procura crescente da população mundial, por alimentos de qualidade. Essa demanda é causada pelo aumento da preocupação dos consumidores com o próprio bem estar e com a necessária consciência ética para com o meio ambiente e as gerações futuras.

Para compreender o avanço da agricultura agroecológica em outros países, o presente estudo se propôs a realizar uma pesquisa junto a produtores agrícolas familiares de uma região em estágio de desenvolvimento distinto do Brasil, a província de Alicante, Espanha. A análise tem como foco as organizações coletivas, visto essa ser determinante na comercialização da produção agrícola familiar, em geral, na província de Alicante.

Na perspectiva de contribuir com a literatura sobre a sustentabilidade dessas práticas produtivas, agroecológicas e suas organizações, foram elaboradas as seguintes perguntas que nortearam a pesquisa na província de Alicante, Espanha: o que influenciou os produtores agrícolas familiares da Província de Alicante, na opção por práticas agrícolas consideradas mais respeitadoras para com o ambiente? Essas práticas possuem potenciais sustentáveis e contribuem para a manutenção do modo de vida agrícola familiar para os agricultores que a adotam?

Para o alcance dos objetivos, este artigo foi dividido em cinco seções, sendo a primeira essa introdução. A segunda seção consiste em uma revisão bibliográfica, subdividido em duas subseções: Produção de alimentos e modo de vida agrícola familiar e grupos cooperativos de agricultores familiares na Espanha. A terceira seção é onde se descreve a metodologia utilizada na elaboração do trabalho e na quarta seção são apresentados os resultados e discussões. Por último, na quinta seção, consta a conclusão da presente análise.

Produção de alimentos e modo de vida agrícola familiar

Os autores Theis e Tomkin (2012) apresentam a preocupação com o necessário aumento da produção de alimentos, devido o aumento da população e a escassez de terras produtivas. Segundo os citados autores, o aumento da produção de alimentos no futuro, devido essa escassez, poderá causar aumento no valor da produção e conseqüentemente no preço. Esse fator pode excluir as populações mais pobres ao acesso a alimentação em qualidade e quantidade.

A utilização de tecnologias, de aumento da produtividade, possibilitou que a produção de alimentos crescesse a taxas maiores que as taxas de crescimento da população nas últimas décadas. Segundo Theis e Tomkin (2012) foi a utilização de tecnologia na agricultura que evitou a tragédia malthusiana relacionada à escassez de alimentos. Ainda segundo os autores os rendimentos na utilização da tecnologia, mais que o aumento da quantidade de terra, provocou esse aumento extraordinário da produção. No entanto, hoje, na maioria dos países, tem-se uma estagnação no crescimento da produção, e a procura mundial por alimentos continua a aumentar.

O PIB per capita mundial melhorou astronomicamente nos últimos anos, desde a revolução industrial, e continua aumentando. Este influenciado, principalmente pelo desenvolvimento tecnológico, que provocou um aumento geral da renda da população e conseqüentemente no consumo (THEIS; TOMKIN, 2012).

Mesmo com todo o incremento na produção de alimentos há fome no mundo, muito mais pelas desigualdades sociais, provocadas pela má distribuição dos recursos existentes, que pela falta de alimentos. Há, ainda, a insegurança relacionada às mudanças climáticas, que causam prejuízo as plantações e conseqüentemente reflete no preço dos alimentos (GRAZIANO DA SILVA, 2015).

Portanto, a superexploração, na utilização de tecnologias avançadas, geram as externalidades econômicas, que são os custos não reconhecidos da atividade do mercado. Esses custos não considerados são repassados ao meio ambiente, aos trabalhadores e à cidadania. Assim, os agentes econômicos, no intuito de suprir o mercado que é considerado produtivo e eficiente, produzem efeitos que podem destruir recursos comuns, ou seja, contaminar o meio ambiente e criar desigualdades sociais, que refletem na insatisfação dos que são deixados à margem (COSTA, 2010).

A agricultura familiar é apontada como um modelo de produção de alimentos de menos danoso ao meio ambiente. Essa relação, da agricultura familiar com a sustentabilidade do ambiente natural, foi discutida por Altafin (2007). Para essa autora, o agricultor familiar consiste num ator social atuante, com suas diferentes especificidades e diferentes configurações. A relação de sustentabilidade ecológica que esse ator mantém com os recursos da natureza se devem ao seu grau de enraizamento no ambiente natural. A relação pode se tornar nociva, quando este se encontra em situação de risco, dada pela desestabilização do ambiente natural, mas ocorre como lógica de sobrevivência. A autora continua lembrando que é a vocação que a agricultura familiar tem para ser ao mesmo tempo, produtora e consumidora, que a potencializa para valorização da diversidade, considerada essencial para a conservação ambiental. A gestão familiar, por seu turno, é facilitadora do manejo dos recursos naturais.

As potencialidades da agricultura familiar que a habilitam para exercer a função ambiental, considerada um bem público, também é categoria discutida como a multifuncionalidade desse segmento. Onde se considera que o produtor agrícola familiar, além de produzir alimentos é apresentado como conservador do ambiente natural e da paisagem, por meio de uma produção sustentável, o que deve ser incentivado por políticas específicas (THOMPSON, 2010).

A agricultura multifuncional vem sendo discutida como aquela que tem a função social, acima da produção de comida. Segundo os defensores dessa linha de produção (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2010, GRANZIERA; SAES, 2014, SILVA; DE OLIVEIRA, 2014) as funções sociais da agricultura, incluem o fornecimento de serviços ecológicos, sua proteção, integridade e funcionamento. Segundo Thompson (2010), é possível respeitar os limites dos ecossistemas na produção agrícola, visto que a agricultura não deve ser conduzida de forma a prejudicar significativamente o funcionamento ecológico.

Os defensores da corrente filosófica agricultura multifuncional postulam, ainda, que a agricultura deveria restaurar os ecossistemas, reconhecendo as complexas relações ecológicas entre as plantas, solos e pecuária. Segundo esses autores, os produtores agrícolas devem reduzir a utilização de produtos químicos na agricultura, até a eliminação dessas práticas. Além disso, essa filosofia se concentra na sustentabilidade social, no bem estar dos trabalhadores e moradores circunvizinhos, bem como dos animais (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2010, GRANZIERA; SAES, 2014, SILVA; DE OLIVEIRA, 2014).

Entre as alternativas para a conservação ambiental, ainda é apontada pela academia a produção agroecológica. As discussões sobre essa agricultura alternativa, em oposição ao modelo adotado no processo agrícola vigente, surgem na década de 70. A proposta desse novo modelo, agroecológico, foi justamente contrapor as dificuldades ambientais e sociais que emergem durante o processo de modernização da agricultura, a revolução verde, iniciada no Brasil na década de 50, cuja expansão permeiam as décadas de 60 e 70 (ASSIS; ROMEIRO, 2002, ROSSET, J. S. et al, 2014).

O modelo de agricultura agroecológica, surgiu primeiramente nos países desenvolvidos, como um novo padrão produtivo, que exigiu inovações tecnológicas para minimizar as perdas, preservar o meio ambiente e o bem-estar da população. Isso pelo uso de tecnologias não convencionais que exigiram inovações e mudança de comportamento, não apenas por valores morais e étnicos, mais também para atender clientes e consumidores com opção de consumo, cada vez mais preocupados com sua saúde, com sua qualidade de vida e de seus descendentes (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, EHLERS, 2017).

Agricultura familiar na Espanha

A agricultura na Espanha, como em todos os países da União Europeia, é contemplada pela Política Agrícola Comum, PAC. A PAC já estava presente nas discussões políticas na EU na década de 50, pois no tratado de Roma, em 1957, essa iniciativa é considerada nos artigos 39 e 47. No entanto, a mesma só é criada a partir de 1962 na Conferência de Stressa. Os objetivos principais da PAC eram de garantir a segurança alimentar dos países membros da União Europeia a preços razoáveis para os consumidores, determinar uma renda mínima para os agricultores familiares e aumentar a produção da agricultura (EUROPA, 2015).

Segundo Moyano-Estrada e Ortega (2014), há uma mudança de prioridades na PAC, na reforma para 2014 a 2020, que acontece no final de 2013. Segundo os citados autores, essa reforma difere totalmente das reformas anteriores, pois de uma PAC antes destinada especificamente ao desenvolvimento do setor agrário, há, nessa nova modalidade da PAC, o incentivo a investimentos voltados a ações que contribuam para o melhoramento do bem-estar da sociedade, com a utilização dos recursos naturais de forma mais racional, para produção de alimentos, visando sua preservação. Portanto, é estabelecido nessa reforma, um maior incentivo à multifuncionalidade da agricultura, onde a sua função não é apenas a produção de alimentos, mas também a preservação de bens públicos.

Muitos são os questionamentos sobre a aplicabilidade das ajudas aos empreendimentos agrícolas familiares multifuncionais. Sobre o controle e incentivos dos recursos destinados a esse fim. O conceito de multifuncionalidade da agricultura já é assumido na declaração de Cork (1996) e na La agenda 2000 (1997), documento que vai estabelecer as bases tanto econômicas quanto financeiras da EU nos períodos de 2000-2006. Segundo esse conceito, o meio rural tem a dupla

função, produzir alimentos e garantir serviços públicos essenciais como o bem-estar dos cidadãos e do meio ambiente.

A Espanha está classificada, em superfície, como o primeiro país de produção ecológica da UE (ESPAÑA, 2013). A produção agroecológica foi regularizada, na Espanha, em 1989, pelo regulamento (CEE) 2092/91, que se refere a essa produção, de forma genérica, como agricultura ecológica. A partir de 2009, essa produção é regida pelo regulamento (CE) 834/2007 do conselho de 28 de junho de 2007, onde são definidas as normas de rotulagem e de produtos ecológicos provenientes de outros países (ESPANHA, 2015).

Entretanto, de acordo com estudos realizados pelo Ministério de Agricultura Alimentación y Médio Ambiente, cerca de 72,5% da população espanhola já escutou falar de alimentos ecológicos, mas desses, 62,1% nunca consumiram esses alimentos, um número altíssimo para uma população de um país considerada criteriosa na escolha de produtos para sua alimentação. Os motivos apontados pelo citado órgão, é o desconhecimento da população, sobre o significado de alimentos ecológicos, a dificuldade de encontrar tais produtos no mercado e principalmente a diferença de preço (HISPA COOPE, 2011).

Assim, diante do cenário esposto, foi considerada significativa a análise da sustentabilidade das práticas agroecológicas espanholas e a sua contribuição com o modo de vida agrícola familiar. Foi escolhida, para a análise, a província de Alicante, ao norte da Espanha, uma região de tradição agrícola familiar, onde a agricultura contribui fortemente na renda da maioria dos cidadãos. O foco da análise foram os grupos cooperativos agrícolas familiares, pois conforme observado, essas organizações coletivas eram essenciais na comercialização da produção agrícola local.

Metodologia

A pesquisa se baseou nos dados e informações bibliográficas, documentais e de campo. A pesquisa também pode ser considerada como de natureza exploratória. A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, o que pode ser considerado na presente pesquisa, pois foram identificados muitos trabalhos sobre agroecologia, porém, nenhum abordando as variáveis abordadas no presente estudo.

Foram visitados, em 2015, dezesseis (16) grupos cooperativos na Província de Alicante.

Para compor o campo empírico de estudo: foi entrevistada a coordenação de uma (1) microempresa cooperativa, de duas (2) cooperativas agroalimentares não inscritas no site da federação das cooperativas agroalimentares e uma (1) cooperativa de consumo.

A amostra ainda foi composta por doze (12) das 53 cooperativas agrícolas registradas no site da Federação das Cooperativas Agroalimentar da província de Alicante, o que equivale a 22,64% do total. Utilizando um erro amostral de 10% e um nível de confiança de 90%. Para a delimitação de tal amostra, foi utilizando o seguinte cálculo:

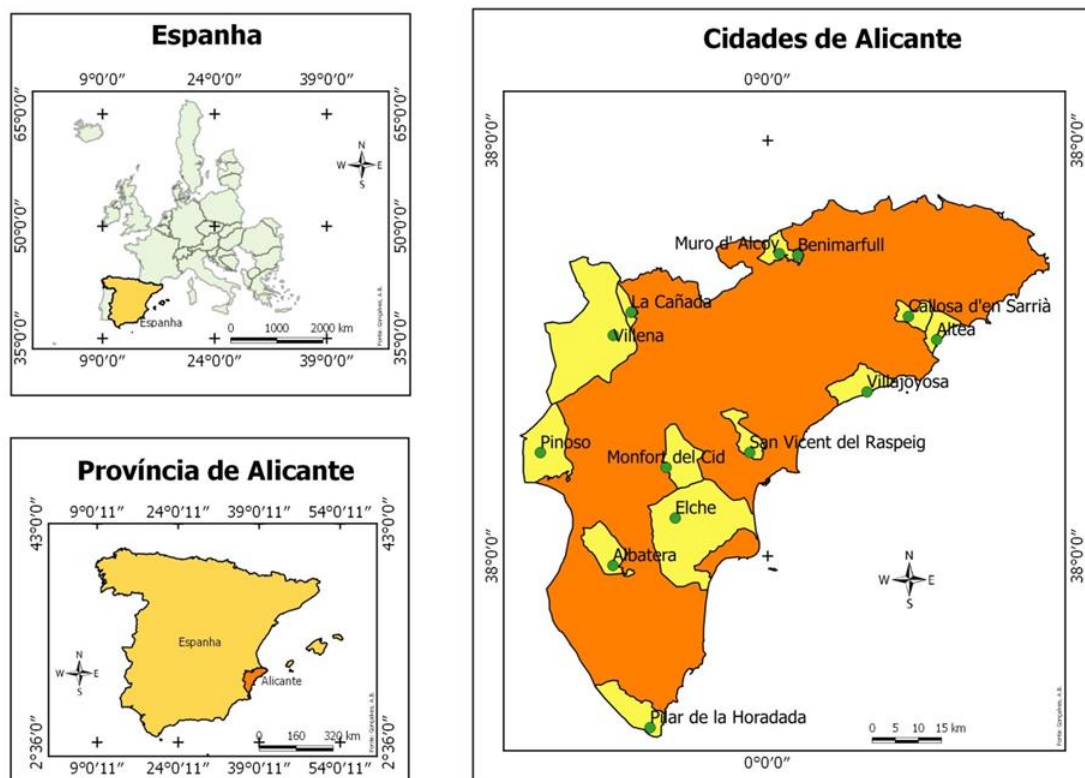
$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n= amostra calculada; N=população; Z=variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança; p=verdadeira probabilidade do evento e=erro amostral.

As atividades desenvolvidas pelos grupos cooperativos visitados são: três bodegas, uma bodega e almazara, quatro fruticultura, três hortofruticultura, uma beneficiadora de frutos secos, uma microvinha, uma cooperativa de plantas aromáticas, medicinais e condimentais, uma cooperativa de consumidores e uma cooperativa de segundo grau. As cooperativas analisadas tinham como sede as seguintes localidades: três no município de Villena, outras duas no município de Pinoso, e uma em cada um dos seguintes municípios Elche, Muro d' Alcoy, Benimarfull, Altea, Albatera, San Vicente del Raspeig, Monforte del Cid, Pilar de la Horadada, La Cañada, Callosa del Ensarriá y Villajoyosa (Figura 1).

Figura 1: Municípios sedes das cooperativas analisadas na província de Alicante, Espanha



Organização: Barbosa, Ariadne Gonçalves (2016)

O número de cooperados dos grupos cooperativos analisados variavam entre 04 a 8.100 associados. Sendo que um dos grupos analisados tinha quatro associados e dois possuíam cinco associados, e os outros consecutivamente possuíam 35, 70, 100, 133, 200, 250, 300, 380, 400, 588, 700, 1300 e 8100 associados.

Nas visitas realizadas aos grupos cooperativos, na província de Alicante, foi aplicado um questionário com 54 questões. O questionário, apenas norteador, foi construído, tendo por base, também, as variáveis descritas na Tabela 1. Essas questões abrangiam a sustentabilidade ambiental das cooperativas agrícolas familiares da província de Alicante.

Tabela 1: Variáveis da pesquisa

DIMENSÃO	VARÁVEIS	OBJETIVO DAS VÁRIÁVEIS
Ambiental	Preocupação ambiental e nível de motivação ética	Verificar as atividades desenvolvidas em prol de uma produção sustentável Ações desenvolvidas pelo empreendimento – existe \ não existe Iniciativas produção\consumo ecológicos – possui \ não possui
	Produção ecológica	Viabilidade econômica – existe\ não existe Apoio público, políticas públicas existentes Nível de mobilização dos empreendimentos cooperativos em prol de melhorias econômicas e sociais

Fonte: Elaborada pelos autores

Esses questionários foram respondidos por funcionários ocupando altos cargos de gestão nos grupos cooperativos visitados, em vários estava presente ainda, o presidente do conselho gestor. A pesquisa foi complementada por anotações no caderno de campo, buscando apreender todas as

informações fornecidas, no intuito de compreender o processo organizacional dos empreendimentos analisados.

Resultados e discussão

Os dados obtidos no questionário foram analisados como forma de melhor compreender a correlação entre os grupos cooperativos na província de Alicante e a relação desses com o ambiente natural e com o modo de vida agrícola familiar, proporcionando os resultados descritos abaixo.

A extensão das propriedades agrícolas, visitadas na província de Alicante, eram pequenas, equivalendo a 5,07 hectares, que era a média das propriedades da comunidade valenciana conforme descrito por Moral e Cohard (2000).

Apesar do tamanho das propriedades visitadas, a produtividade era alta, o que pode ser atribuído às modernas tecnologias empregadas pelos agricultores, tais como técnica de gotejamento, cultivo de estufa, rotação de cultura, curva de nível. Entretanto, muitos desses agricultores não subsistiram a crise agrária que perpassava a agriculturua a níveis mundiais. Foi constatado, por meio das entrevistas, a preocupação geral com a despovoação de diversos municípios, que tinham na atividade agrícola sua principal fonte econômica, fator também identificado por Rioja et al. (2009).

Os dezesseis (16) grupos, em que foram entrevistados representantes do quadro da coordenação, em Alicante, Espanha, estão representados na Tabela 2, sendo que um dos grupos não cedeu as informações econômicas, tais como receita, gastos com a produção e número de trabalhadores. Também foi realizado, ainda, o levantamento do tipo de produção a que se dedicavam os cooperados, se tradicional, agroecológica ou mista (agroecológica e tradicional), bem como a quantidade de trabalhadores e qual a produção principal dessas cooperativas.

Tabela 2: Informações sobre a produção das cooperativas visitadas em Alicante – Espanha

Cooperativa	Receita Bruta (euros)	Gastos (euros)	Nº de trabalhador	Receita Prod. ecológica (Euros).
A	12.200.000,00	4.001.000,00	70	200000
B	140.000,00	40.000,00	4	140000
C	1.500.000,00	1.000,00	31	1500000
D	35.829.251,00	24.000.000,00	479	0
E	14.402.201,00	8.570.530,00	35	0
F	15.000.000,00	4.000.000,00	100	0
G	90.000.000,00	0	15	90.000.000
H	4.000.000,00	1.050.000,00	160	0
I	38.000.000,00	8.840.000,00	60	18.000.000
J	5.700.000,00	5.193.702,00	15	2.200.000
K	61.000.000,00	21.004.000,00	600	6.000.000
L	360.000,00	74.000,	2	108.000
M	10.625.000,00	2.185.000,00	60	2.125.000
N	25.000.000,00	6.000.000,00	121	0
O	3.147.891,00	1.513.440,00	20	0
P	-	-	15	0

Fonte: Elaborada pelos autores

Alguns desses grupos cooperativos analisados possuíam a produção voltada para um mercado específico, adquirindo melhor valor por seus produtos. É o caso dos grupos D, especialista no plantio e comércio de cenouras. O grupo K era grande exportador de horto frutícola, e o grupo N dedicava a atender o mercado com o beneficiamento de frutícolas, especialmente nêspersas. O grupo I era especialista na comercialização de frutos secos, enquanto os grupos E e F, eram também produtores de horto frutícolas.

Os grupos cooperativos B, C e G se dedicavam exclusivamente a produção e ou comercialização agroecológica. Quanto ao grupo cooperativo M, era uma cooperativa de segundo grau, ou seja, uma cooperativas de cooperativas, dedicada exclusivamente a comercialização de seus associados. Conforme pode ser observado na Tabela 2, a produção comercializada pelo M não era

uma quantidade equivalente às grandes cooperativas de primeiro grau hortofrutícolas, que é o caso dos grupos cooperativos D, K e N.

O Grupo A era uma exceção entre os grupos produtores hortofrutícolas, de primeiro grau, apresentando a menor produção entre esses. Os grupos com menor produção e renda, eram as cooperativas H, J, L, M e O, que eram especialistas em plantios e beneficiamento de uvas, sendo quatro bodegas e apenas um com a atividade principal de comercialização de uvas de mesa.

Os vinhedos estavam presentes por toda a Espanha, era um dos setores produtivos mais importantes para país, que ocupavam a terceira posição no ranking da exportação europeia, só perdendo para França e Itália. As produções vinícolas eram distribuídas em uma grande variedade de empresas cooperativas beneficiadoras e comercializadoras. Essas cooperativas eram de pequeno porte, com a produção limitada à localidade (POYATOS; GÁMEZ; SOLÍS, 2007).

As cooperativas vinícolas de segundo grau, como o grupo M, foram incentivadas pelas províncias das comunidades autônomas, com o objetivo de integrar e concentrar as pequenas cooperativas vinícolas, para que obtivessem vantagens competitivas (POYATOS, GÁMEZ; SOLÍS, 2007), no entanto, essas não foram muito aceitas pelos produtores. Os produtores comercializavam apenas uma pequena arte de sua produção por meio desses grupos de segundo grau, sendo que o montante maior era comercializado por meios próprios.

Dos dezesseis grupos cooperativos analisados na província de Alicante, nove produziam de forma agroecológica, sendo esses os grupos A, B, C, G, I, J, K, L, M. A renda anual com a produção ecológica, conforme informado pelos entrevistados está apresentada na Tabela 2, sendo que não foi possível quantificar os gastos específicos com a produção agroecológica, dos grupos que possuem a produção nas duas modalidades, visto que os gastos com a produção desses grupos cooperativos não eram separados.

Alguns dos entrevistados, mesmo não produzindo dentro das normas agroecológicas, garantiram que a produção era “limpa”, segundo esses, as exigências por produtos saudáveis, livres de agrotóxicos, eram cada vez maiores, e a tendência era que gradativamente toda produção fosse se adequando ao patamar exigido para os produtos agroecológicos, deixando esse setor de ser um nicho de mercado, como informado pelos produtores na época da pesquisa.

A maior parte dos grupos cooperativos, mesmo os que não produziam de forma agroecológica, possuíam selos específicos, que comprovavam uma produção diferenciada. A liberação desses selos, conforme informado pelos entrevistados, era realizada mediante verificação e controle por organismos autorizados, o que pode ser confirmado por MARM (2009). Alguns desses selos eram de Denominación de Origen Protegida (D.O.P.), Indicación Geográfica Protegida (I.G.P.) e Especialidades Tradicionales Garantizadas (E.T.G.). Esses selos potencializavam a comercialização da produção, sendo que a demanda pelos produtos aumentavam, quanto mais certificações esses possuísem.

Os entrevistados informaram que o motivo de se decidirem pela produção agroecológica, estava relacionado, principalmente, no surgimento de inúmeros grupos de consumidores agroecológicos que despontavam na região. Esse fator foi identificado por Gliessman et al. (2007) e Pérez (2015), que descrevem sobre o papel decisivo dos grupos de consumidores urbanos no fomento da produção agroecológica.

Os grupos cooperativos B e C (Tabela 2), como já citado, possuíam toda a sua produção na modalidade agroecológica, no entanto, eram grupos muito pequenos, voltados para mercados específicos, com poucos associados (quatro e cinco respectivamente). O grupo A também produzia de forma agroecológica, no entanto essa produção era insignificante se comparada com a produção de produtos não ecológicos conforme Tabela 2.

O Grupo I, J, K, L e M (Tabela 2), também eram grupos que produziam nas duas modalidades, de forma agroecológica e tradicional. O grupo I era o maior produtor agroecológico dos nove empreendimentos, isto devido o grupo G ser um grupo de consumo. Portanto, como analisado na Tabela 1, os Grupo I, J, K, L e M (Tabela 2), eram grupos que produziam produtos produzidos de forma tradicional e agroecológicos, com maior montante da produção na modalidade não ecológica.

Dois grupos cooperativos, o grupo D e N, informaram possuir pesquisas e campos experimentais agroecológicos, uma iniciativa para incentivar os associados a produzirem nessa modalidade. Segundo os entrevistados, essas iniciativas visava agregar valor a produção, uma alternativa apresentada pela produção agroecológica na região.

O maior ingresso bruto da comercialização agroecológica acontecia no grupo G (Tabela 2) que tinha como principal atividade o consumo de produtos agroecológicos. Esse grupo possuía, como provedores, agricultores familiares agroecológicos, sendo dada preferência de comercialização aos produtos dos grupos produtores circunvizinhos, contribuindo assim com o desenvolvimento do local. Esse grupo apoiava a produção agroecológica desses produtores, por meio do compromisso com a aquisição da produção. O mesmo possuía duas modalidades de associados, os associados de consumo e os associados ativistas. Os associados ativistas, além de ter a responsabilidade com o consumo sustentável também tinha a missão de promovê-lo por meio do voluntariado. O objetivo desse grupo era baratear o preço dos produtos agroecológicos, por meio da eliminação dos custos de distribuição e intermediários, para tornar esses produtos competitivos e acessíveis à maioria da população local.

Como o grupo de consumo citado, foi identificado mais dois grupos cooperativos na província de Alicante. Esses eram iniciativas voltadas para o desenvolvimento local, que privilegiavam o consumo por proximidade comprando diretamente dos produtores e repassando para os consumidores pelo mesmo valor de aquisição, exceto por um custo muito baixo de transação, visto todos os associados serem responsáveis pelas despesas da cooperativa por meio da contribuição com uma taxa mensal.

Para Cabanes Morote e Gómez López (2014) os grupos de consumo são canais curtos de comercialização, ou seja, eliminam os intermediários no processo de comercialização, por meio da ação coletiva, ou seja, da união das pessoas em torno de um mesmo objetivo, que é a aquisição de produtos saudáveis, de qualidade e em quantidade suficiente, para si e sua família. Isso sem prejuízo para o meio ambiente e contribuindo com o desenvolvimento local. Esses grupos estavam aumentando por toda a Espanha, devido a demanda da população por produtos de qualidade.

Quanto ao controle e certificação da produção agroecológica, esse era realizado pelos conselhos ou comitês de agricultura territorial, organismos públicos de competência de cada comunidade autônoma. Algumas comunidades autônomas, tais como Andalucía e Castilla-La Mancha, designaram organismos privados para realizar esse controle e certificação (ESPAÑA, 2015).

Nas entrevistas junto aos grupos cooperativos, os mesmos afirmaram que não haviam políticas públicas de incentivo para grupos cooperativos com produção agroecológica, as ajudas eram muito pontuais e escassas. Os mesmos informaram, ainda, que a produção agroecológica era uma opção produtiva, como filosofia de vida e, apenas em segundo lugar, uma alternativa de mercado.

Conforme discutido inicialmente, segundo Moyano-Estrada e Ortega (2014), houve mudanças de prioridades na PAC, no entanto, muitos são os questionamentos sobre a aplicabilidade das ajudas aos empreendimentos agrícolas familiares multifuncionais. Principalmente sobre o controle e incentivos dos recursos destinados a esse fim.

Percebe-se que a sustentabilidade ambiental era uma demanda para o setor cooperativo agrícola familiar em Alicante, Espanha. Uma exigência ao setor agrário sem recursos suficiente para atendê-la. Pois o orçamento da PAC, destinado a agricultura era de 370 bilhões de euros para o período 2014-2020, 12% menor que o orçamento dos últimos sete anos, que foi de 412,6 bilhões de euros, e com o ingresso de mais três países (Bulgária, Romênia e Croácia), sendo, na época da pesquisa, 28 os países membros.

Portanto, ainda que existissem muitas iniciativas locais e investimentos próprios voltados para a aquisição de tecnologias limpas no processo produtivo, por parte dos grupos cooperativos agrícolas familiares, foi detectado pouco apoio econômico do governo para esse fim. Era possível perceber que existia uma falha nas políticas públicas que proporcionassem apoio aos produtores agroecológicos, com uma garantia de preços para tornar esses alimentos mais acessíveis à população, permitindo assim a viabilidade de uma produção mais sustentável.

Ao serem questionados sobre a percepção pessoal das ajudas do governo para a produção, todos foram unânimes em afirmar que o setor agrícola tem sido priorizado pelo setor industrial. Segundo os entrevistados, havia muito mais recursos para as indústrias em nível de país. No entanto, foi observado que existia uma interligação entre o setor agrário e industrial por esses grupos cooperativos, visto que a maioria dos mesmos eram beneficiadores da produção dos sócios. Esse grupo eram vinícolas, fabricantes de azeite, frutos secos entre outros. Esse estreitamento entre os citados setores foi identificado por Rodrigues Zúñiga e Gutierrez (2012). No entanto, era certo que

até 2008 o setor de construção era um dos mais privilegiados, principalmente na Comunidade Valenciana (UNIÓN EUROPEA, 2015).

Uma das reclamações ainda apresentadas pelos entrevistados, também relacionado a dotação de recursos, foi sobre os investimentos realizados pelas comunidades autônomas. Alguns representantes, dos grupos cooperativos entrevistados, afirmaram que a ajuda proveniente da PAC era complementada por cada comunidade autônoma, conforme o grau de interesse político, no caso da comunidade Valenciana, o investimento era menor do que outras comunidades circunvizinhas, entre essas Murcia.

Murcia estava classificada entre as cinco comunidades autônomas mais pobres de Espanha, e estava enquadrada como prioridade, no marco da coesão territorial das perspectivas financeira da União Europeia. Essa prioridade previa maior equidade territorial (UNIÓN EUROPEA, 2015). Assim, o nível de recurso destinado a essa Comunidade Autônoma era maior, gerando certo constrangimento entre os da comunidade Valenciana, seus vizinhos, o que pode ser justificado pela falta de informações destinadas aos produtores.

Segundo os entrevistados, a falta de apoio político aos agricultores, estava levando a um cenário de desânimo a agricultura alicantina e a não implementação da produção agroecológica. Pois a política de abertura de mercados, por meio da OCM, garantia o abastecimento interno com mercadorias provenientes de localidades com menores custos de produção, com as quais a agricultura espanhola não podia competir. Existia um regime intervencionista, como mecanismo de regulação de mercado, desde a entrada da Espanha na União Europeia. Esse mecanismo vinha desfavorecendo alguns setores internos, entre esses os produtores agrícola familiar e suas organizações.

Havia, portanto, um descontentamento entre os entrevistados em relação as políticas públicas destinadas às cooperativas e agricultores familiares, no entanto, não foi detectada nenhuma ação desses para a resolução dos problemas.

Quanto ao consumo, apesar dos grupos cooperativos estarem encurtando os canais de comercialização, incentivando a produção agroecológica, a aquisição desses produtos ainda era pequeno. Havia muito que avançar na conscientização da população sobre os benefícios próprios e para seus descendentes sobre o consumo de produtos produzidos de forma mais sustentável.

Assim, apesar de muitas inovações na busca por melhorias ambientais, os grupos cooperativos analisados não podiam ser considerados sustentáveis, possuindo muita dificuldade em incrementar a produção. Mais de 50% dos grupos estavam investindo na modalidade de produção agroecológica, entretanto, o montante produzido era muito pequeno, se comparada à produção tradicional, ou seja, não agroecológica. Conforme analisado, o interesse na produção agroecológica era baseado em ideologias e necessidades econômicas, porém, sem o incentivo que garantisse retorno do que foi investido, a tendência observada era a estagnação e conseqüente diminuição dos investimentos.

Considerações Finais

Ficou evidenciado, no presente estudo, que a produção e comercialização agroecológica na província de Alicante, foram influenciadas por fatores ideológicos e econômicos, na preocupação com o desenvolvimento familiar e por uma agricultura mais respeitadora do equilíbrio ambiental. No entanto, a receita econômica da produção ecológica, dos grupos pesquisados, era pouca quando comparada a produção tradicional, não sendo apresentada, pela presente análise, como alternativa para o modo de vida agrícola familiar na província de Alicante.

Assim, conclui-se que a adoção de uma proposta agrícola que seja mais sustentável, vai de encontro às aspirações sociais, que, na presente análise, é motivada por meio dos grupos de consumos, que vão contruindo alternativas que poderão possibilitar maior viabilidade da prática agrícola hora discutida. Entretanto, pela análise realizada, é necessário uma boa governança, que tenha como foco a sustentabilidade e a participação dos agricultores locais, para o desenvolvimento de uma trajetória sustentável da agricultura familiar contemporânea na Espanha e, certamente, no Brasil ou outras regiões, o que pode ser mais aprofundado em pesquisa futuras.

Referências bibliográficas

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB, 2007.**

- ALTIERI, M. A. NICHOLLS, C.; FUNES, F. The scaling up of agroecology: spreading the hope for food sovereignty and resiliency. **A contribution to discussions at Rio**, v. 20, 2012.
- CABANES MOROTE, M.; GÓMEZ LÓPEZ, J. D. Economía social y Soberanía Alimentaria: Aportaciones de las cooperativas y asociaciones agroecológicas de producción y consumo al bienestar de los territorios. **CIRIEC-Espana**, n. 82, p. 127, 2014.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: MDA/SAF, 2009. 30 p.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.
- CORK, La Declaración. **Hacia una política integrada de desarrollo rural**. Noviembre de 1996. Resgatado em 25 de julho de 2015 de http://www.femp.es/files/566-138-archivo/Declaraci%C3%B3n_de_Cork_1996.pdf
- COSTA, C. E. **Notas de Economia do Setor Público: Bens Públicos**. 2010. Recuperado em 19 de maio de 2016 de <http://epge.fgv.br/we/Graduacao/FinancasPublicas/2010?action=AttachFile&do=get&target=Bensp%C3%BAblicos.pdf>
- DE ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, 2002. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>
- EHLERS, Eduardo. **O que é agricultura sustentável**. Brasiliense, 2017.
- ESPAÑA. **Caracterización del sector de la producción ecológica española: valor, volumen y mercado y evaluación del impacto del comercio electrónico en la producción ecológica española**. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. 2013. Recuperado em 24 de julho de 2015 de <http://www.magrama.gob.es/imagenes/es/Informe%20P%20y%20M%20Ecologico%20-%202012-WEB%201-tcm7-310968.pdf>
- ESPAÑA. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. **La agricultura ecológica en España**. 2015. Disponível em: <http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/laagricultura-ecologica/> Acesso em: 22 jun. 2015.
- EUROPA. **Síntese de la legislación de la EU**. Reforma de la política agrícola común (PAC), 2015. Recuperado em 08 de julho de 2015 de http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/160002_es.htm.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **FAO mapa da fome 2015: 795 milhões de famintos**. 2015. Recuperado em 19 de maio de 2015 de <https://belincanta.wordpress.com/2015/05/28/mapa-da-fome-2015-795-milhoes-de-famintos/>
- GRANZIERA, M. M.; SAES, M. S. M. Um Estudo da Contribuição da Agricultura Multifuncional para o Desenvolvimento Rural Sustentável. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade-GeAS**, v. 3, n. 1, p. 60-70, 2014.
- GLIESSMAN, S. R.; ROSADO-MAY, F. J.; GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; JEDLICKA, J.; COHN, A.; MÉNDEZ, V. E.; et al. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Revista Ecosistemas**, v. 16, n. 1, 2007.
- HISPA COOPE. Cuadernos de las cooperativas de consumidores. **Confederação Española de Cooperativas de Consumidores y Usuarios**. 2011, n. 22, v.13. Recuperado em 25 de junho 2015 de <http://www.hispacoop.com/home/index.php/2012-11-08-03-42-54/44-cuadernos-de-las-cooperativas-de-consumidores-n-22/file>
- LA AGENDA 2000. **Una política agrícola común para el futuro**. 2000. Resgatado em 25 de Julho de 2015 de http://ec.europa.eu/agriculture/publi/review99/08_09_es.pdf.
- MARM, Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino. **Calidad Diferenciada**. 2009. Resgatado em 26 de abril de 2016 de www.alimentacion.es.

MORAL, A. M.; COHARD, J. C. R. La economía social: agente de cambio estructural en el ámbito rural. **Revista de desarrollo rural y cooperativismo agrario**, n. 4, p. 7-18, 2000.

MOYANO-ESTRADA, E.; ORTEGA, A. C. A Reforma da PAC para o período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 52, n. 4, p. 687-704, out./dez.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL, Committee on Twenty-First Century Systems Agriculture. **Toward Sustainable Agricultural Systems in the 21st Century**. Board on Agriculture and Natural Resources. Division on Earth and Life Studies. National Research Council. Of the national academies. The National Academies Press. Washington, D. C. 2010. www.nap.ed

PÉREZ, S. O. **Un espacio cooperativo: soberanía alimentaria y solidaridad internacionalista campesina**. Icaria editorial, 2015. 168 p.

POYATOS, R. P.; GÁMEZ, M. D. M. V.; SOLÍS, J. M. A. Las sociedades cooperativas de segundo grado y su relación jurídica con socios. **REVESCO: revista de estudios cooperativos**, n. 93, p. 98-143, 2007. Disponível em www.ucm.es/info/revesco. Acesso em 25/01/2017.

RIOJA, L. A. C. et al. (eds.). **La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social**. Barcelona: Fundación La Caixa. 2009. 190 p.

RODRIGUES ZÚÑIGA, M.; GUTIÉRREZ, R. S. **Situación actual de la agricultura familiar en España**. 2012. Recuperado em 22 de março de 2016 de http://www.magrama.gob.es/ministerio/pags/Biblioteca/fondo/pdf/11575_12.pdf.

ROSSET, J. S. et al. Agricultura convencional versus sistemas agroecológicos: modelos, impactos, avaliação da qualidade e perspectivas. **Scientia Agraria Paranaensis**, v. 13, n. 2, p. 80-94, 2014.

SILVA, M. V.; DE OLIVEIRA, M. A. B. Situação atual do processo de certificação orgânica no Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 8, n. 5, p. 20-30, 2014.

THEIS, T.; TOMKIN, J. **Sustainability: A Comprehensive Foundation**. Rice University, Houston, Texas. 2012.

THOMPSON, P.B. **The Agrarian Vision: Sustainability and Environmental Ethics**. Lexington: University of Kentucky Press. 2010. 320 p.

UNIÓN EUPOPEA. **Programa operativo del fondo europeo de desarrollo regional de la Comunitat Valenciana 2014-2020**. 2015. Generalitat Valenciana. Recuperado em 14 de abril de 2016 de http://www.hisenda.gva.es/documents/599445/599488/PO+FEDER14-20_02072015+_aprobado.pdf/2944abae-157d-4b6f-a094-bea51515855c